



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**LENIRA MAGNA DE MENDONÇA SANTANA  
LUCILELA MARIA CAVALCANTE**

**O PROFESSOR DO CAMPO E SUA FORMAÇÃO**

**MACEIÓ  
2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

**LENIRA MAGNA DE MENDONÇA SANTANA  
LUCILELA MARIA CAVALCANTE**

**O PROFESSOR DO CAMPO E SUA FORMAÇÃO**

**Artigo Científico apresentado ao colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de educação da Universidade federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do trabalho de Conclusão de Curso (TCC).**

**Orientadora: Profa. Ms Sara Ingrid Borba**

**MACEIÓ  
2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGIA**

**LENIRA MAGNA DE MENDONÇA SANTANA  
LUCILELA MARIA CAVALCANTE**

**O PROFESSOR DO CAMPO E SUA FORMAÇÃO**

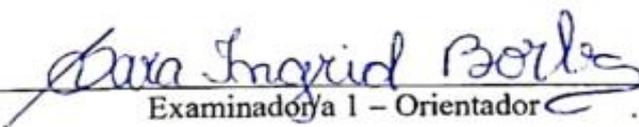
**Comissão Examinadora**

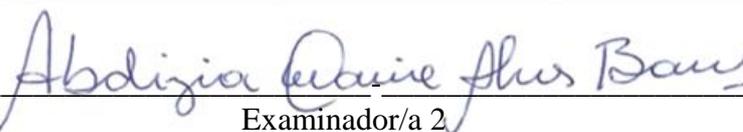
**Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia a distância do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).**

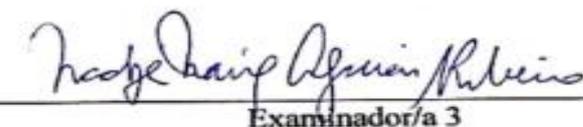
**Orientador(a):**

Artigo Científico defendido e aprovado em: 11/03/2017.

**Comissão Examinadora**

  
Examinador/a 1 - Orientador

  
Examinador/a 2

  
Examinador/a 3

Maceió  
2017



**Universidade Aberta do Brasil - UAB**  
**Universidade Federal de Alagoas – UFAL**  
**Curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância**  
**Polo Santana do Ipanema**

## **O PROFESSOR DO CAMPO E SUA FORMAÇÃO**

Lenira Magna Silva de Mendonça  
leniramagna@hotmail.com

Lucilela Maria Cavalcante  
lucilelacavalcante@hotmail.com

Orientação:  
Profa. Ms Sara Ingrid Borba  
saraingridb@gmail.com

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar reflexões sobre a formação do professor do campo, as características da educação em um percurso histórico marcado pelas lutas por justiça social para a população rural e as possibilidades e limites da proposta de educação do campo a partir da dualidade cidade/campo. No segundo momento procura expor a realidade encontrada na Escola Estadual Professora Ana Maria Teodósio evidenciando as peculiaridades acerca do funcionamento da instituição e as condições socioeconômicas de seus alunos e professores. A partir disso, contextualiza a importância da atuação do professor ressaltando os desafios impostos à prática educativa no meio rural. Trata-se de uma pesquisa qualitativa pois desde a escolha e a formulação do tema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise até a interpretação de dados está presente a observação. O método investigativo se respalda na revisão de literatura e pesquisa de campo.

**Palavra chave:** Educação do campo. Possibilidades e limites. Formação de professores.

# 1 INTRODUÇÃO

A educação do campo tem alcançado nos últimos anos grandes conquistas no cenário político nacional em todas as instâncias, municipal, estadual e federal. Isso se deve aos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais que passa a entender uma nova concepção de campo. Isto é, os camponeses têm ganhado força para lutar pelos seus objetivos em torno da educação rural deixando para traz a ideia de que o campo é sinônimo de atraso e construindo uma visão de campo que valoriza as especificidades e conhecimentos dos que vivem nesse espaço.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) exige dos órgãos competentes iniciativas eficazes que incidam na oferta da escola pública voltada para o meio rural, bem como na formação dos profissionais que atuarão nesse espaço. Diante disso, com o objetivo de discutir e construir políticas públicas da educação para o campo, algumas secretarias estaduais e municipais já se mobilizaram e vem ofertando formação continuada para professores. Outra ação de formação de professores do campo é o curso de Pedagogia da Terra que vem se desenvolvendo no Brasil depois da parceria entre os movimentos sociais, governo e universidades.

No intuito de discutir as possibilidades e limites existentes na realidade da educação do campo observando os principais fatores que impedem o bom desenvolvimento de uma educação de qualidade voltada para o meio campesino bem como as particularidades da educação do campo no seu contexto histórico caracterizado pelas lutas por justiça social para a população rural bem como manter o espaço da educação do campo na proposta curricular e nas ações desenvolvidas na escola do campo de pesquisa. A partir disso, tomamos como objeto de estudo uma escola situada no campo, e nos questionamos se essa escola possui uma proposta pedagógica voltada para a realidade local? e se essa mesma escola tem contribuído ou não para o desenvolvimento de seus alunos e da comunidade em que está inserida, evidenciando suas possibilidades e limites dentro da proposta da educação do campo?

A base de pesquisa foi a Escola Estadual Professora Ana Maria Teodósio, situada no Povoado Quandu, zona rural do município de Poço das Trincheiras, sertão alagoano. Foram envolvidos no processo pais, jovens professores e alunos. Foi estes atores a principal fonte de pesquisa desse trabalho. Buscou-se utilizar uma abordagem qualitativa, evidenciando uma metodologia participativa, que segundo Gil (1987, p.104) refere-se a “observação etnográfica, que se constitui elemento fundamental desde a escolha e a

formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação de dados”.

Para esse estudo nos baseamos em autores como Leite e Arroyo nos dando respaldo sobre os aspectos históricos da educação do campo.

Por fim, foi possível comprovar que a Escola Rural Professora Ana Maria Teodósio do povoado Quandu tem demonstrado compromisso ao evidenciar a proposta da Educação do campo em suas ações, porém existe uma necessidade de formação para os docentes baseada na proposta de Educação do campo, os professores precisam de mais apoio para disseminar e dinamizar ações que estejam contextualizadas com a realidade local.

## **2 UM OLHAR HISTÓRICO**

A educação do campo no Brasil passou e ainda passa por períodos complexos. Ao analisar seu histórico é incontestável o descaso e a forma com que os governantes, negam a educação aos povos que vivem na denominada zona rural. Seu processo histórico teve início a partir da iniciativa de grupos que se inquietaram com o forte movimento migratório interno e despertaram para a educação do campo a qual tinha como objetivo maior conter essa evasão, o mesmo foi denominado de Ruralismo Pedagógico. Contudo, não se consolidou adequadamente a escola para a realidade rural, uma vez que não se considerou a educação em sua amplitude, de acordo com o espaço em que se estabelece.

Avaliando a Lei N° 5.692/1971, Leite (1999) diz que a educação rural foi destituída de sua identidade, pois não foi focada ou enfatizada na realidade do campo. Segundo este mesmo autor, desde 1960, a educação do campo vem articulando programas educacionais via Ministério e Conselhos de Educação, sem, no entanto, estabelecer uma filosofia e uma política especial para o aprendizado nas terras campestres.

Diferentes possibilidades começaram a ser refletidas na sociedade brasileira a partir de uma perspectiva crítica nos anos 1970 depois que as reações ao autoritarismo, inseridos pelo golpe militar vigente, acenderam. Ações diversas, centradas no campo da educação popular, política, educação de jovens e adultos passaram a exigir que houvesse uma maior participação do Estado no cenário rural brasileiro.

Tais discussões se aguçaram com o debate e a aprovação da Constituição Federal de 1988 e da LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que propõe, no artigo 28:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL/MEC, LDB 9.394/96, art. 28).

Segundo Leite (1999), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96, art. 28) agenciou a separação da escola do campo dos ambientes e atuação da escola urbana, estabelecendo para a escola rural um planejamento ligado à vida rural e desurbanizado. Porém, mesmo diante das alterações alvitradas pela Lei, muitas problemáticas vinculadas à escola rural como a condição dos alunos rurais, a participação da comunidade no processo escolar entre outros, continuaram, como ele aponta alguns exemplos dos anos 1990:

1. Quanto à clientela da escola rural: a condição do aluno como trabalhador rural; distâncias entre locais de moradia/trabalho/escola; heterogeneidade de idade e grau de intelectualidade; baixas condições aquisitivas do alunado; acesso precário a informações gerais.
2. Quanto à participação da comunidade no processo escolar: um certo distanciamento dos pais em relação à escola, embora as famílias tenham a escolaridade como valor sócio-moral;
3. Quanto à ação didático-pedagógica: currículo inadequado, geralmente, estipulado por resoluções governamentais, com vistas à realidade urbana; estruturação didático-metodológica deficiente; salas multisseriadas; calendário escolar em dissonância com a sazonalidade da produção; ausência de orientação técnica e acompanhamento pedagógico; ausência de material de apoio escolar tanto para professores quanto para alunos; (LEITE, 1999, p. 55-56).

Diante disto, os autores Leite (1999), Arroyo, Caldart e Molina (2004) afirmam que, nas últimas décadas do século XX as pessoas do campo marcaram presença na cena política e cultural do Brasil. Tem-se como exemplo os movimentos sociais do campo, marcado principalmente pela atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST que na luta pela reforma agrária, sua maior bandeira, viu também a importância da luta por direito a educação. Esses sujeitos tem se mostrado diferentes, exigindo respeito, não aceitando o esquecimento e o silêncio dos órgãos governamentais

e lutando por uma educação do campo preocupada com as necessidades dos camponeses.

## **2.1 POSSIBILIDADES E LIMITES NA ESCOLA DO CAMPO**

A educação adequada à realidade das áreas rurais está fundamentada também pela LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), na qual propõe no artigo 28 que os sistemas de ensino promovam as adaptações necessárias às particularidades da vida rural e de cada região amparado legalmente as reformas e construções de projetos de educação do campo. Essas iniciativas têm ganhado grande força na luta dos movimentos sociais e sindicais. Porém, ainda há muito que fazer principalmente no que diz respeito às dificuldades e desafios desse processo que visa, além de tudo, melhorar as condições de vida e cidadania dos brasileiros que vivem no campo e do campo.

Silva, Morais e Bof (2006, p. 74), em suas análises disseram que ainda que a educação tenha sido firmada na Constituição de 1988 como um direito de todos os cidadãos, “foi somente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394 de 1996 que, reconhecendo a concepção de ‘mundo rural’ defendida pelos movimentos sociais do campo, estabeleceu as normas para a educação no meio rural” (SILVA, MORAIS, BOF, 2006, p. 74).

Contudo, essas mesmas autoras afirmam que pouco foi colocado em prática do que foi previsto pela lei e na maioria das vezes serviu apenas para adaptar os currículos e calendários com as particularidades das zonas rurais, sem, no entanto, ter o cuidado de aprofundar possibilitando uma dissociação da convencional visão urbana de educação. Segundo elas:

Historicamente foram os movimentos sociais e associações civis do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Confederação nacional do Trabalhador e Trabalhadora (sic) na Agricultura (Contag), a Pastoral da Terra da Confederação (sic) 5 dos Bispos do Brasil (CNBB), a União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (Unefab), a Associação das Casas Familiares Rurais (Arcafar), entre outros, que têm enfaticamente reivindicado políticas específicas para a educação do campo, chamando a atenção para a inadequação da educação existente à realidade e aos interesses das populações do campo” (SILVA, MORAIS, BOF, 2006, p. 76-77).

A educação no campo enfrenta diversos problemas dentre os quais LEITE (2002) destaca o alto índice de analfabetismo, principalmente nas faixas etárias acima de 25 anos, a baixa remuneração e qualificação dos professores, com predominância de

professoras leigas responsáveis por classes, na sua maioria, multisseriadas, o elevado índice de exclusão e repetência, o crescente processo de municipalização da rede de ensino fundamental, que responde pela quase totalidade das matrículas nas séries iniciais das escolas rurais, sem que sejam viabilizadas as condições estruturais e pedagógicas.

As representações mostram a grande falta de respeito daqueles que não valorizam as características, os saberes e histórias dos sujeitos do campo que se envolvem com a produção crítica e coerente do saber. Entretanto, há valores que são sempre presentes na educação do campo como a mística, a liberdade a utopia e a solidariedade. Isso certamente possibilita o envolvimento desses povos com as secretárias de educação e a escola em lutas pela edificação e fortificação das instituições do campo, pela reforma agrária e nas discussões políticas feitas pelos movimentos sociais que ainda nos dias de hoje é recorrente.

Assim, percebe-se que a luta para ir além da história, marginalização e precarização das instituições rurais, buscando uma educação que respeite as características da história dos sujeitos camponeses, que considere a existência no campo de uma realidade social, política, econômica, cultural e organizativa complexa, trata-se de uma luta coletiva. Caldart (2008, p. 74-75) ainda acrescenta:

O campo não é qualquer particularidade, nem uma particularidade menor. Ela diz respeito a uma boa parte da população do país [...]. Não é possível pensar um projeto de país, de nação, sem pensar um projeto de campo, um lugar social para seus sujeitos concretos, para seus processos produtivos, de trabalho, de cultura, de educação. [...] a antinomia estabelecida, a visão hierárquica entre campo e cidade foi produzida historicamente e sua superação faz parte de uma nova ordem social.

São muitos os problemas da educação no Brasil, contudo é evidente que a situação se agrava quando volta-se o olhar para o meio rural. Os currículos das escolas do campo frequentemente dão destaque aos direitos básicos da cidadania como uma vida digna, reduzida aos limites geográficos e culturais da cidade, recusando-se a aceitar o campo como um ambiente social que constrói identidades e sujeitos. Assim Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo - GPTE (2005) adicionando o seguinte argumento:

A concepção de que o meio rural é um espaço de atraso foi fortalecida a partir da primeira metade do século XX, com o surgimento de um discurso modernizador e urbanizador, que enfatizava a fusão entre os dois espaços,

urbano e rural, por acreditar que o desenvolvimento industrial, em curso no Brasil, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural. Segundo a ideologia da modernização, “o campo é uma divisão sociocultural a ser superada, e não mantida” (BRASIL, 2005, p.8).

Assim sendo, percebe-se que a luta por uma educação do campo, passa pelo enfrentamento das muitas barreiras que são impostas pelo autoritarismo da escola tradicional, com seus projetos deslocados da realidade do campo. A ultrapassagem dessas barreiras representa o respeito, a organização e a valorização dos movimentos sociais que dessa forma, passa a refletir sobre as dificuldades encontradas no país.

## **2.2 A Formação do professor do campo**

Os números do Censo Escolar do ano de 2010 mostraram que a precariedade da formação dos educadores rurais que trabalham nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio é mais grave devido a menor exigência da Lei que determina apenas o magistério para os profissionais da educação infantil e das séries iniciais. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), somente professores com diploma de licenciaturas podem exercer suas atividades na fase final do ensino fundamental. Porém metade dos que atuam nas escolas do campo não é graduada.

A formação dos professores que atuam no campo é desafiadora visto a realidade exposta acima e os diversos fatos sociais que são encontrados. Neste contexto, é possível observar a falta de condições de trabalho e de formação específica que deem a chance de ser feito um trabalho na área rural de melhor qualidade, isso sem falar no salário que muitas vezes é absurdamente desvalorizado e a falta de apoio que também é um dos problemas que dificulta muito a formação, tanto inicial quanto continuada dos professores que atuam no campo.

Sobre isso, Mônica Molina assinala a importância de apoiar e garantir o direito ao conhecimento universalmente produzido, bem como do fácil acesso ao mesmo.

O fundamental é que a estratégia de formação adotada pelo governo seja capaz de garantir o acesso ao conhecimento universalmente produzido, um direito de quem está no campo, e a especificidade local, que valorize a vida desses educadores e a realidade deles. É muito importante que, para ter acesso à educação superior, eles não tenham de sair do campo também. A política não pode desenraizar o sujeito de lá. (*Mônica Molina, professora da Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília*).

Segundo a professora da Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com os cursos de pedagogia da terra, o gás na inspiração para as novas licenciaturas de educação no campo só aumentou. Ela explica que o grande mérito dessa formação é mostrar ao professor que ele tem possibilidade de manobrar os conteúdos previstos nas diretrizes curriculares nacionais e, ao mesmo tempo, realizar um trabalho que contemple o contexto do aluno cultivando o conhecimento científico a partir da realidade rural, de forma que valorize a agricultura familiar, que é comumente discriminada e olhada como um reflexo da pobreza e do atraso.

Neste sentido é que na discussão sobre a formação do professor do campo, torna-se fundamental ressaltar o movimento que desencadeou a construção de uma política para a educação neste espaço. Os resultados alcançados pelas lutas que historicamente foram sendo travadas por este movimento foi o de romper com os sentidos que foram dados à educação “rural” (que estava formatada sob o signo do assistencialismo latifundiário – pois reforçava a dominação assentada na prática da benemerência e a permanência da desigualdade do direito à terra), para pensar e formular, sob outros contornos e significados, a educação dos que vivenciam o campo e se relacionam com a terra como lugar da existência e realização da vida. (Martins, 2007, p. 4).

A instrumentalização deve dar significado e qualificar as ações dos envolvidos no ato de educar do campo e para o campo. Assim, o objetivo do curso de licenciatura que forma os educadores é leva-los a refletir sobre uma educação que está além dos limites hegemônicos do saber estabelecido.

De acordo com Fernandes e Molina (2005, p. 9).

Um princípio da Educação do Campo é que sujeitos da educação do campo são sujeitos do campo: pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos de florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóias-frias.

O curso de formação para professores do campo, tendo em vista a especificidade de suas ações, pode levar o educador a refletir sobre sua prática. Dessa forma, é de fundamental importância, durante o período de formação, o convívio direto com o campo para que o conhecimento teórico adquirido seja vivenciado na prática.

Assim, portanto, verifica-se que na configuração curricular, tanto as dependências da Universidade quanto as comunidades rurais onde os educadores vivem e trabalham podem ser considerados como uma extensão do curso.

Os cursos de Licenciatura do Campo se tornaram uma possibilidade real para que as pessoas do campo garantam uma educação de qualidade que, acima de tudo, valorize a realidade campesina e outros espaços de sociabilidade, produção e reprodução da vida.

**Em** meio às especificidades da educação voltada para o meio rural, Rocha (2009, p.41) ressalta que “as necessidades presentes na escola do campo exigem um profissional com uma formação mais ampliada, mais totalizante, já que ele tem de dar conta de uma série de dimensões educativas presentes nessa realidade”.

Educadores e pesquisadores tem ressaltado com insistência os aspectos que se fazem indispensáveis para o melhoramento da educação do campo. Eles explicam que para que seja construída uma educação de qualidade para o meio rural é preciso que tenham políticas públicas especialmente no que diz respeito, ao corpo docente das escolas do campo e sua formação, de modo que a educação atenda e cubra o direito ao ensino de qualidade e contextualizado capaz de instruir cidadãos que tenham coragem de transformar a realidade do espaço no qual estejam inseridos para uma melhor qualidade de vida.

O educador dever exercer sua profissão cujo trabalho principal esteja voltado para o fazer pensar a formação humana no âmbito escolar, familiar e da comunidade. Assim compreende-se que existe uma nova identidade de educador que necessita ser cultivada. Vale ressaltar aqui a importância que as universidades têm nesse sentido, pois cabe a ela adotar no espaço da formação dos professores o compromisso político de prepara-los para atuarem não somente em escolas urbanas, mas também nas especificidades das escolas do campo. Dessa forma, as políticas públicas de educação que sejam para as pessoas do meio rural deve também oportunizar uma escolarização que além de contextualizada, aconteça em todos os níveis e modalidades de ensino.

Ao comparar os educadores das escolas do campo aos urbanos, percebe-se que os que vivem no e do meio rural recebem menos formação acadêmica, assim como, menos acesso a informações cotidianas. Estes também são ainda aqueles que tentam fazer malabarismo com a pouca quantidade de material didático disponível além de conviver com alunos com múltiplas carências, como em alguns casos de atividades para a complementação da renda familiar. Conforme Bof(2006):

[...] a condição de trabalho desses profissionais tem se precarizado cada vez mais. No caso específico da zona rural, além da baixa qualificação e salários inferiores aos da zona urbana, eles enfrentam, entre outras, as questões de

sobrecarga de trabalho, alta rotatividade e dificuldades de acesso à escola, em função das condições das estradas e da falta de ajuda de custo para a locomoção. (BOF, 2006, p. 35).

Diante disso fica evidente a necessidade da implementação de uma política pública para a educação que dê valor aos profissionais do campo, bem como os do meio urbano. Para tanto é fundamental destacar a importância das ações reais focadas na formação profissional adequada e formação continuada, que considere os projetos pedagógicos específicos e uma melhoria salarial que incentive a continuação dos profissionais qualificados no campo. Essas ações de valorização são, certamente, imprescindíveis para que se garanta o ensino de qualidade adequado a realidade do campo.

### **3 A Escola do campo e Escola Estadual Professora Ana Maria Teodósio**

Para Morigi (2003) a Educação do Campo deve ser aquela que assume a identidade do meio rural, comprometida com um projeto político pedagógico voltado às causas, desafios, sonhos, história e cultura daquele que vive e atua no campo.

Antes de falar sobre o funcionamento da escola, torna-se necessário conhecer um pouco mais quanto a Instituição e seu processo histórico desde a sua criação.

A Escola pesquisada foi a Escola Estadual Professora Ana Maria Teodósio, a mesma se situa no Povoado Quandu. Zona Rural do Município de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas. Esta particularidade faz desta escola um diferencial, pois em toda região ela é a única escola rural a atender alunos do nível médio. As atividades econômicas desta comunidade estão basicamente voltadas para a agricultura e a pecuária. A grande maioria dos alunos que nela estuda são filhos de produtores de leite e quase todos pertencem à classe social popular. É importante salientar que o Povoado Quandu fica às margens do Rio Ipanema e é considerado o maior povoado do já mencionado município. O mesmo se localiza ao norte do Estado de Alagoas, nos limites do Estado de Pernambuco. Das comunidades que a ele se avizinham se origina a clientela atendida por esta Unidade de Ensino. A saber: Barra da Tapera, Manuê, Gravatazinho, Pedra da Bola, Alto da Aroeira e Patos.

Quanto ao histórico da criação da mesma, no ano de 1976, foi concedida à

comunidade de Povoado Quandu, uma escola da rede Estadual de Ensino, a qual se denominava Escola Isolada do Quandu. Na época atuava com a 3ª e 4ª séries do então 1º grau. As duas séries funcionavam no prédio da Escola Municipal Irineu Tenório. Sendo que ali permaneceu até 1995, ano em que veio fechar, visto não ter mais espaço físico disponível naquele local.

Cinco anos depois, mais precisamente no ano de 2000, a comunidade, incentivada pelo senhor José Valmiro da Costa, se mobilizou através da ASDEQ – Associação de Desenvolvimento Comunitário do Quandu- no sentido de sensibilizar o governo estadual da época para que construísse no povoado a tão sonhada “escola do estado”, que a mesma atuasse não somente de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental como antes, mas sim, que sua área de atuação compreendesse o Ensino Fundamental completo.

A concretização do sonho da comunidade se deu logo no ano seguinte, em 2001, quando através do Decreto de 4 de julho de 2001 em conformidade com o Decreto nº38555, de 18 de setembro de 2000, a Escola Isolada do Quandu foi reaberta com o nome de Escola Estadual Professora Ana Maria Teodósio. A mesma recebeu este nome em homenagem a primeira professora da rede estadual de ensino a lecionar no referido povoado. A escola foi inaugurada em junho de 2001, contudo, desde o mês de abril do referido ano, foi iniciado o ano letivo de 2001. Sendo que neste período as aulas foram ministradas em prédios cedidos pela ASDEQ.

Atualmente, a escola se encontra em boas condições físicas. Funciona nos três turnos, matutino, vespertino e noturno com o ensino Fundamental completo, como também com o ensino médio. Vale salientar que este nível de ensino foi implantado desde 2006, e já no ano de 2008, 72 alunos o concluiu.

No que se refere a recursos materiais, a escola é bem munida. Ela conta com um acervo bibliográfico diversificado, laboratórios de matemática, português e ciência, bem como com aparelhos tecnológicos, Datashow, aparelho de som, televisão dentre outros. Nela há uma sala exclusivamente para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, onde se encontram materiais pedagógicos diversos para atendimento as crianças com necessidades especiais.

A Unidade Escolar possui autonomia financeira para se manter com os recursos públicos que recebe. São eles: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O dinheiro é gerido pelo conselho escolar, que decide as prioridades e fiscaliza as contas da instituição. O conselho escolar

é composto pelo membro nato (diretor), representantes da comunidade escolar nos quatro segmentos, compreendendo professores, funcionários, pais/responsáveis e por representantes de alunos em exercício na Unidade de Ensino. Os segmentos participam de reunião ordinária mensal, na qual os conselheiros representantes de seus segmentos levam os anseios dos mesmos para que sejam apreciados e deliberados pelo colegiado.

A quantidade de alunos por sala segue determinação da Secretaria Estadual de Educação por meio de portaria, todavia, nem sempre o resultado é sinônimo de boas condições de trabalho, principalmente no Ensino Médio onde existem turmas com excesso de alunos. Quanto ao núcleo gestor, é eleito pela comunidade escolar. O corpo docente da escola é composto por profissionais concursados e monitores contratados, todos com nível superior completo ou em fase de conclusão.

### **3.1 A proposta curricular da escola**

De acordo com o que foi coletado e visto no PPP, a escola busca colocar em prática suas teorias através das atividades e dos projetos que nela e por ela são desenvolvidos. Nesta perspectiva, a instituição vem desenvolvendo projetos que envolvem atividades diversas. Como já citado, a metodologia de projetos é uma prática constante na instituição. Vale salientar que com este método a escola tem conquistas importantes a ponto de já ter sido premiada por ter um projeto vencedor de um concurso lançado pelo Instituto Unibanco em nível nacional.

Periodicamente a Unidade de Ensino Ana Maria Teodósio também promove encontros com os profissionais para juntos acompanharem o andamento das ações realizadas pela unidade de ensino identificando como está funcionando a instituição, o relacionamento professor, aluno e pai, ou seja, como está o desempenho de cada um de seus atores.

O primeiro se refere aos componentes curriculares que fazem parte da base nacional comum. O segundo são os componentes curriculares pertencentes à parte diversificada.

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura e da clientela (Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394-96).

Como é frisado no Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, com base na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (9.394/96)

é função da escola propiciar ao aluno o comando do conhecimento acumulado pela humanidade de maneira sistematizada, preparar o mesmo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho numa coparticipação de responsabilidade entre o estado e a família.

Neste sentido, a escola entende que está a serviço da comunidade e que as respostas a muitas indagações feitas por esta mesma comunidade podem advir da própria instituição. Assim, como visto no PPP, a mesma tem a missão de garantir o ensino e aprendizagem de boa qualidade auxiliando o desenvolvimento de habilidades e competência necessárias, visando à formação do cidadão participativo, crítico e consciente, preparando-o para as mudanças da sociedade. Contudo, dentro desse ditoso contexto a escola esbarra em obstáculos comumente encontrados nas instituições do campo.

O corpo docente da escola em sua maioria é advindo de zonas urbanas, pois embora já tenha professores com graduação na comunidade, os mesmos foram formados recentemente, visto que antigamente não se tinha a consciência dessa necessidade e nem apoio, que vale ressaltar, ainda hoje há essa falta. Entretanto, levando em conta que a escola é do campo, falta formação específica para a atuação nessa área, fato que, de certa forma, limita o trabalho do professor e a aprendizagem do aluno em relação a seu ambiente.

Outra dificuldade encontrada na instituição foi a falta de espaço físico, vale salientar que por conta disso, algumas turmas funcionam na sala de computação e biblioteca. Além disso, um outro problema é inerente a política, realidade essa muito viva na comunidade como afirma Jussara Maria, moradora da comunidade Quandu, ex aluna e hoje voluntária na instituição de ensino Ana Maria Teodósio “[...] Apesar da escola pertencer a um órgão estadual, ela constantemente é alvo da abinção mesquinha de políticos do município que a usam para persuadir eleitores locais”.

Sabe-se que as barreiras na educação do campo ainda são muitas, pois ela é foco de pouca atenção e isso se percebe ao considerar a realidade de quem vive no campo. Apesar disso, nota-se que a Escola Estadual Professora Ana Maria Teodósio é um diferencial entre tantos exemplos, que dispensa citações, de escolas rurais. Isso certamente deve-se a dedicação e ao trabalho de todos que compõem esta unidade de ensino, pois na comunidade a qual ela está inserida, a mesma é tida como um triunfo e esta mesma comunidade continua lutando para para mantê-la viva.

#### **4. Desafios para o professor do campo**

Para Morigi (2003) a Educação do Campo precisa assumir a identidade do meio rural e para tanto respeitar as propriedades locais fazendo da escola uma extensão da realidade na qual o aluno vive, permitindo que os saberes circulem entre a escola e a casa dos mesmos. A educação do Campo não pode perder de vista o ser humano em seu envolvimento no processo de formação e de construção da sociedade. Em conformidade com Souza (2009) “A Educação de Campo é mais do que escola, pois permite problematizar as condições de trabalho e a importância de uma formação inicial e continuada, direcionada para as condições de produção no campo”.

Dessa forma é fundamental prevalecer-se de elementos da realidade para ensinar os conteúdos curriculares. Neste sentido no artigo 28 da LDB 9394/96 que trata exclusivamente da educação rural, afirma que na oferta de educação para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações que atendam as especificidades da vida no campo e de cada região, principalmente ao afirmar que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394-96).

Apesar da relevância na Lei, a realidade que se encontra é bem destoante do discurso legal. Em algumas escolas temos sim alguns benefícios como a flexibilidade no calendário escolar, de acordo com a realidade da escola e seus sujeitos, sua organização escolar e até mesmo os conteúdos que podem ser específicos ao contexto da escola como é o caso da escola pesquisada, mas que na maioria das escolas nada mudou e ainda atuam em atendimento ao que se encontra nos livros. Os saberes não advêm dos sujeitos e a escola continua apresentando práticas de uma tendência tradicional de educação. Uma das problemáticas que afeta o trabalho do professor é a dificuldade em lidar com as salas multisseridas e isto é muito comum encontrar nas escolas.

## **4.1 Classes multisseriadas**

Ao implantar as classes multisseriadas desvelou-se mais dificuldades no processo de ensino aprendizagem das populações do campo. Além da precariedade na organização desse modelo de educação, seja em relação a estrutura física, ou pelo insuficiente grau de formação dos discentes, os desafios são diários e árduos.

Os professores do campo são exemplos de quem realmente busca levar o conhecimento. Muitas vezes são obrigados a se desdobrar em inúmeras coisas para atender aos alunos que frequentemente dependem de profissionais competentes que saibam ministrar aula com paciência e compreensão, pois os mesmos carregam consigo uma carência no aprendizado e na afetividade que exige do professor mais atenção e dinamicidade nas aulas.

Cumprir um planejamento adaptado a essa realidade caracterizada por possuir uma sala e só um professor para atender quatro séries no mesmo local e ao mesmo tempo, é um desafio para o professor de multisserie, pois, os mesmos tem a obrigação de criar planos, estratégias de ensino e avaliação diferenciadas para todas as séries reunidas na turma. Tudo isso agregada a outras funções, que embora não compitam ao professor, são impostas a ele devido a carência de estruturas na educação do campo, como merendeira, médico, psicólogo, zelador entre outras coisas ao mesmo tempo.

O cumprimento de todo esse trabalho aglomerado a falta de apoio pedagógico, moral e ético e, na maioria das vezes, a falta de reconhecimento pelo seu esforço torna angustiante a vida do professor e como consequência, não muito raro, os sofrimentos desses profissionais acabam interferindo no processo de ensino aprendizagem e essa realidade contribui muito para a desestruturação das escolas do campo.

## **4.2 Escola do campo e a participação da comunidade**

Outro ponto importante na escola do campo é que o professor esteja preparado para compreender e atuar na escola tornando-se sujeito de construção para a participação da comunidade como um todo. Isto não tem sido fácil, principalmente quando o professor não tem uma prática de militância, mas deve e precisa estar atento a esta necessidade. A escola do campo é resultado de um processo de lutas dos movimentos sociais e como tal exige a participação da comunidade para se constituir

como escola participativa, mas autônoma e política. A escola do campo precisa dar voz aos sujeitos do campo e responder aos seus anseios. Para isso é necessário fazer uso de mecanismos de interação com a mesma. Pode-se citar por exemplo o Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil, assim como, reuniões e assembléias comunitárias através das associações comunitárias.

Abraçar e restaurar a relação entre comunidade e escola é, portanto, um dos desafios também necessários à qualificação da prática docente, de modo que esta se volte para a realidade, e se comprometa na construção de uma formação educativa que seja capaz de superar as contradições geradas no antagonismo socioeconômico, político e cultural, que enraizaram na escola por meio de uma pedagogia tradicional e bancária (FREIRE, 1987).

Logo, percebe-se que diante dos desafios e propostas apresentadas, considerando todos os limites existentes, ainda há muito pelo o que lutar até que a educação do campo se edifique com a qualidade almejada, principalmente por aqueles que mais se doam por essa causa.

## **CONCLUSÃO**

Diante do que foi visto, percebe-se que a luta pela educação implementada no percurso histórico do Brasil e principalmente nas últimas décadas pelos movimentos sociais de educação do campo deixa claro que apesar de toda luta dos trabalhadores ser feita de progressos e regressões, essa luta pela educação do campo guarda resquícios de seu passado, embora exponha especificidades do tempo atual que se reflete nas conjecturas de uma pedagogia autônoma.

Ao considerar a temática aqui apresentada evidencia-se o descuido com a educação voltada para a população rural por parte do Estado brasileiro e dos grupos hegemônicos, principalmente, das pessoas que vivem no campo. Essa negligência é tida como o desdobrar de uma luta de classes travada historicamente e conduzida pela incoerência da sociedade. Em meio a isso, os Movimentos Sociais se posicionam e requerem dos órgãos competentes uma maior atenção para o campo, assim discutem e elaboram proposições para o projeto educacional que atendam suas especificidades, contudo, ainda há muito com o que romper.

Há no âmbito rural uma carência de medidas econômica que justifica as condições objetivas de vida daqueles que vivem no meio rural e são obrigados a migrarem para outro destino. Diante disso, é imprescindível a criação de meios que supra essa necessidade valorizando e favorecendo a inclusão da educação ao homem do campo, tratando dessa melhoria de condições gerais, a educação do campo seria atingida positivamente.

Neste contexto é de fundamental importância considerar a realidade específica do campo como ponto de partida para a criação de uma proposta pedagógica para as pessoas que vivem no meio rural com o objetivo de superar as dificuldades. Para isso, é primordial reascender a ideia de uma nova proposta de ensino partindo da situação econômico e político atual que atenda os reais interesses e necessidades dessa classe.

É entendido que ainda há uma grande necessidade de valorização e formação adequada as características do campo para os professores que atuam nesse espaço. Nesse sentido a prioridade passa a ser reencontrar o docente como sujeito de uma prática pedagógica, reconhecendo-se como responsável por nadar contra a corrente já que a escola do campo é tida com desprezo pela sociedade.

Em meio a essas coisas conclui-se que ainda são grandes os desafios na escola do campo, contudo no entanto, foi possível verificar que também há um leque de possibilidades, a julgar pela escola que serviu de campo de pesquisa.

Diante dos dados colhidos na instituição foi possível verificar que a escola apresenta boas condições de funcionamento no que diz respeito a sua estrutura física e as condições de trabalho. A escola é munida de materiais didáticos, bem como salas de apoio a alunos especiais e bibliotecas e laboratórios de diversos tipos. Tudo isso caracteriza-se pela luta dos trabalhadores que doaram seus suores para a construção da mesma e os funcionários que trabalham diariamente para manter a escola da melhor forma possível enfrentando os desafios como forma de extrair novas possibilidades de progredir.

As reflexões a respeito da educação do campo é extensa e provavelmente não terá fim tão logo. A escola, neste processo, dispõe de um extenso espaço rico em possibilidades de rompimento com a lógica da educação hegemônica. Contudo é necessário que a mesma se coloque como agente principal no processo de construção da educação. Hoje em dia não dá mais para a escola cruzar os braços em meio ao desafio que é educar. Dessa forma, para a edificação de uma educação para os camponeses é preciso que a escola assuma seu posto com propriedade criando suas questões, buscando

e enfrentando os desafios que se impuserem, refletindo e discutindo sobre o rumo da educação no país.

## REFERÊNCIAS

Lei 9394/96 de 20.12.96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília (DF): Diário Oficial da União. n° 248 de 23/12/1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, N.º 9394 de 1996.

FERNANDES, Bernardo M.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S., (2004). Primeira conferência nacional “Por uma Educação Básica do Campo”: texto preparatório. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). Por Uma educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes.

FERNANDES, Elisângela. **Desigualdades em campo. Disponível em:** <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/163/artigo234867-1.asp>> Acesso em: 28 dez. 2014.

GOBATO, Ana Tatiana Staine Cardoso. NETO, Luiz Bezerra. **As propostas do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – mst - para a educação do campo: há a necessidade de uma formação específica?** Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/teses-dissertacoes-e-tccs/as-propostas-do-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra-2013-mst-para-a-educacao-do-campo-ha-a-necessidade-de-uma-formacao-especifica/view>> Acesso em: 06 Jan. 2015.

LEITE, Sérgio Celani. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez,  
MORIGI, Valer. A escola do MST: uma utopia em construção. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SAGGIOMO, Thais Gonçalves. AZEVEDO, Michele Silveira. MACHADO, Valdirene Soares. **Desafios na realidade educativa do campo: uma abordagem de encontros e desencontros nas escolas do campo.** Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2937/191>> Acesso em: 15 dez. 2014.

SANTOS, Elâine Fernandes dos. SILVA, Josefa Mendes da. LÚCIO, Antônio Barbosa. **O descaso da educação do/no campo: as dificuldades enfrentadas por professores e alunos da escola no campo no interior de alagoas (um estudo de caso).** Disponível em: <[http://www.uvanet.br/rhet/artigos\\_marco\\_2011/descaso\\_educacao\\_campo.pdf](http://www.uvanet.br/rhet/artigos_marco_2011/descaso_educacao_campo.pdf)> Acesso em: 05 Jan. 2015.

SILVA, Lourdes H. da, MORAIS, Teresinha C. de; BOF, Alvana M, (2006). A educação no meio rural do Brasil: Revisão da literatura. In: BOF, A. M. (org.). A

educação no Brasil Rural. Brasília; instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

VENDRAME, Liane Vizzotto. **Educação do campo: limites e possibilidades da proposta de concórdia (sc) a partir da concepção de escola unitária de Gramsci.** Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/educacao-do-campo-limites-e-possibilidades-da-proposta-de-concordia-sc-a-partir-da-concepcao-de-escola-unitaria-de-gramsci/view>> Acesso em: 02 dez. 2014.

JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da Silva. NETTO, Mário Borges. **Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades.** Disponível em:<[www.ufrb.edu.br/...campo-percursos...possibilidades.../download](http://www.ufrb.edu.br/...campo-percursos...possibilidades.../download)> Acesso em: 27 dez. 2014.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. COELHO, Ana Maria Simões. **Saberes e fazeres do/no campo: desafios e possibilidades da educação básica do campo para a área de Ciências Sociais e Humanidades.** Disponível em:<[https://www.ufpe.br/cead/estudosepesquisa/textos/maria\\_fatima2.pdf](https://www.ufpe.br/cead/estudosepesquisa/textos/maria_fatima2.pdf)> Acesso em: 10 jan. 2015.

CARVALHO, Jailda Evangelista do Nascimento. SILVA, Alecrissonda. NETO, Joaquim Cardoso da Silveira. **Formação docente: o professor da educação do campo e suas dificuldades quanto à formação inicial.** Disponível em:<[http://200.17.141.110/forumidentidades/IVforum/textos/Jailda\\_Evangelista\\_do\\_Nascimento\\_Carvalho.pdf](http://200.17.141.110/forumidentidades/IVforum/textos/Jailda_Evangelista_do_Nascimento_Carvalho.pdf)> Acesso em: 13 Dez. 2014.